

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.014](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT21.014)

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO: COMPREENSÃO E LEITURA CRÍTICA, O QUE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO?

Hellen Christina Justino Barros

Mestranda em Educação do PPGEduc da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
hellen.justino@ufpe.com

RESUMO

A política está em constante mudanças, mas o problema não está no dinamismo. Pois, sendo uma atividade essencialmente humana, a política tem uma trajetória de processo de construção e reconstrução, não sendo algo estanque. Mas, o que devemos estar atentos são os aspectos que influenciam certas mudanças ou reformulações. Assim, questionamentos como: A chegada de um programa na escola, o que pode significar? A formulação ou reformulação de projetos e programas, o que quer dizer? Assim, ter critérios para compreender e analisar uma política pública educacional é crucial, pois essa é uma questão inicial que permite uma reflexão sobre a trajetória percorrida na compreensão e análise. Comumente, muitas pesquisas apresentam uma abordagem mais de cobrança das ações já implementadas, ao invés de um caráter mais crítico da compreensão do trajeto e da análise em si. Dessa forma, objetivou-se identificar os aspectos que são fundamentais para serem considerados na compreensão e avaliação de políticas públicas educacionais através de uma pesquisa bibliográfica, sendo pautada em autores que tratam sobre esse assunto. Inicialmente, aborda-se o conceito de políticas públicas educacionais, traçando os aspectos da leitura crítica, como os diferentes modelos de Estado e a influência das organizações internacionais como novos

atores nessa área. Por fim, a análise conclusiva da pesquisa aponta para o que os autores alertam e sugerem sobre a importância de ir além daquilo que é dito de forma explícita para compreender e avaliar as políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação, Leitura Crítica, Políticas Públicas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A política está em constante mudanças, mas o problema não está no dinamismo. Pois, sendo uma atividade essencialmente humana, a política tem uma trajetória de processo de construção e reconstrução, não sendo algo estanque. Mas, o que devemos estar atentos são os aspectos que influenciam certas mudanças ou reformulações. Assim, questionamentos como: A chegada de um programa na escola o que pode significar? A formulação ou reformulação de projetos e programas, o que quer dizer?

Na área de educação, tem sido constante a produção acadêmica pautada em compreender e analisar políticas públicas sociais, programas, projetos e ações. Souza (2014) afirma que muitas dessas pesquisas apresentam uma abordagem mais de cobrança das ações já implementadas, ao invés de um caráter mais crítico da compreensão e da análise em si. O mesmo autor fala sobre a importância das análises para abarcar a trajetória de determinada política desde o nascedouro até sua implementação.

Para traçar essa trajetória vários caminhos podem ser percorridos, como a dimensão histórica, os objetivos, o financiamento, as metas da política pública social educacional analisada em questão. No entanto, o campo político envolve questões muito mais profundas. E para fazer um olhar mais crítico é preciso refletir antes mesmos desses aspectos citados sobre questões que estão explícitas e implícitas. Tendo em mente que em educação as ações ocorridas nas dimensões macro (gestão educacional) refletem nas dimensões micro (gestão escolar) e vice versa, vale a pena identificar e entender o que de fato devemos levar em consideração na compreensão e na leitura crítica de uma determinada política.

Não sendo função desse artigo determinar modelos de compreensão e leitura crítica das políticas públicas sociais em educação, mas sim, identificar, discutir e ampliar as discussões sobre aspectos fundamentais nesse processo de reflexão sobre um olhar mais crítico de programas, projetos e ações implementadas tanto na gestão educacional, como na escolar. Tendo como base autores que discutem a temática.

Por isso, torna-se essencial buscar compreender, primeiramente, a definição que consideramos sobre política pública social

na área de educação e o que Hofling (2001) denomina de “questões de fundo” para um olhar mais crítico de análise. Pois, quando temos como referência de análise uma determinada política, não estamos analisando ela somente, mas sim, avaliando os grupos de interesses de formulação, a sociedade que pretende formar, os beneficiários, entre outros aspectos, como afirma Presti et. al. (2013). Em seguida, são tratadas as relações das diferentes visões de sociedade, Estado e política educacional a partir das diferentes abordagens políticas, além das novas influências dessas relações, como as organizações internacionais.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos utilizados para a realização desse estudo foram norteados pelo levantamento e revisão bibliográfica dos autores que debatem a temática. Dessa maneira, foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, conforme afirma Gil (2008).

A estrutura da pesquisa baseou-se inicialmente nas definições e conceitos em torno dos aspectos relacionados à política pública social, partindo para as questões explícitas e implícitas que envolvem desde a formulação, as possíveis mudanças e a implementação de determinadas políticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E IMPLICAÇÕES DE ANÁLISE CRÍTICA

A política pública para ser definida deve-se buscar uma visão mais ampla e também micro. Tendo consciência do que afirma Morin (2003) para se compreender o todo, precisamos entender as partes. Assim, como para ter entendimento das partes, precisamos do todo. Ou seja, conceituar política pública é preciso, primeiramente, compreender que não há neutralidade nem na sua forma mais ampla, nem na sua forma mais específica. Logo um determinado projeto, programa ou ação educacional não é implementada pela gestão escolar (instância micro) por acaso, e o mesmo ocorre com a

gestão educacional (instância macro), pois existe uma intencionalidade que considera alguns aspectos que precisamos refletir.

Dessa maneira, Presti et. al. (2013) alerta que ao fazermos uma leitura sobre política é preciso abarcar as seguintes reflexões: que sociedade deseja construir/formar, quem irá se beneficiar, quais grupos tem interesse na implementação, entre outras. Dando continuidade na ampliação dessa leitura, Hofling (2001, p.30) nos chama atenção para o que a mesma chama de “questões de fundo”. Essas questões referem-se às relações estabelecidas entre Estado, sociedade e as formas de intervenção governamental em prol das formulações das políticas públicas. Isso quer dizer que dependendo das concepções que se tem de sociedade, Estado e governo refletirá na própria concepção de política pública.

Por isso, ao fazer uma definição tanto das políticas públicas, quanto das políticas públicas educacionais, estaremos revelando um posicionamento. Existem várias formas de conceituar as políticas públicas, no entanto tendo a consciência que ao escolher uma definição estaremos nos posicionando em relação às “questões de fundo”, o conceito norteador desse trabalho será compreendê-las como o “Estado em Ação”, assim como afirmou Hofling (2001). Essa definição implica em entender que as políticas públicas são o Estado agindo através de um projeto de governo por meio de programas, projetos, de ações voltadas para atender determinados setores da sociedade. Mas, como já dito anteriormente, para entender essa afirmação em sua totalidade, é preciso compreender as partes.

O “Estado em ação” nos remete ao movimento de que seria o Estado buscando concretizar/implementar sua responsabilidade/função por meio de um projeto de governo. No sentido administrativo, seria o Estado tentando implantar um conjunto de projetos, programas e atividades realizadas por um governo. No entanto, também é fundamental compreender que no sentido político da afirmação a implementação do projeto de governo envolve um processo de decisões, em que há naturalmente conflitos de interesses. Pois, por meio das políticas públicas, o governo decide o que fazer ou não.

Etimologicamente, a palavra governo significa conduzir. E essa ação não é realizada espontaneamente. É preciso ter em mente que o governo é composto por um grupo de pessoas que gestam

o Estado. Então, o Estado poderá assumir perfis diferentes. Assim, vale ressaltar que o governo orienta as ações do Estado e sendo formado por um grupo de pessoas, dependendo das concepções e ideias dessas pessoas o perfil do Estado modificará. Logo, o “Estado em ação”, ou seja, as políticas públicas sofrerem impactos dessas concepções do governo e até mesmo das representações sociais que possuem. Conforme Azevedo (1997), as representações sociais geram grande influência na formulação e na implementação das políticas públicas, principalmente as de corte social.

No entanto, as políticas públicas não podem ser reduzidas ao governo que assume o Estado por um determinado tempo, pois as políticas públicas advindas do governo dependem do grupo que assume esse Estado, mas as consideradas de Estado são independentes desse grupo. Infelizmente, como discutem os autores, como Cara (2016), o Brasil tem dado prioridade às políticas de governo, ao invés das definidas como estatais.

Portanto, ao trazer as políticas públicas para o campo social é preciso ter clareza das questões debatidas até o momento. Pois, tendo a consciência que as políticas públicas envolvem o agir do Estado, ou seja, o Estado implantando um projeto de governo, cumprindo suas responsabilidades por meio de ações, projetos ou/e programas voltados para áreas específicas da sociedade conforme Hofling (2001), podemos abordar essas políticas de cunho social.

Segundo Presti et. al. (2013), às políticas públicas sociais possuem a finalidade de diminuir os impactos das desigualdades sociais através da redistribuição de benefícios. Logo, seriam as ações que o Estado busca para diminuir as desigualdades sociais. Hofling (2001) também traz essa finalidade das políticas públicas sociais, mas evidencia, principalmente, a responsabilidade do Estado na formulação e implementação das mesmas.

Trazendo para o campo educacional, Hofling (2001) nos alerta que as políticas sociais advindas da Educação são as formas como o Estado busca intervir nesse campo. Assim, como mostra Azevedo (1997) dependendo da abordagem política assumida nas concepções do papel do Estado, modifica as ações do mesmo na sociedade. Logo, a política pública educacional sofrerá impactos.

A educação abarca várias questões, dentre essas, a formação do indivíduo e conseqüentemente da sociedade. O que nos mostra

que a forma como o Estado vai intervir na educação por meio das suas ações têm relações com o tipo de sociedade que pretende formar, com quem se beneficiará, com os interesses que possuem, como ver as desigualdades sociais, entre outros aspectos.

Isso nos faz voltar ao que já foi dito, para conceituar tanto a política pública, como a política pública de caráter educacional, precisamos ter uma leitura crítica das “questões de fundo”, das entrelinhas na sua totalidade e especificidade, visando compreender as questões que envolvem a temática. Pois, principalmente as de caráter social, as políticas públicas podem ser formuladas, desativadas ou implementadas com base nas concepções do que se entende por sociedade e Estado. Por isso, é necessário conhecer os diferentes modelos de Estado para entender as diversas formas que o mesmo pode exercer seu papel por meio das políticas públicas sociais.

EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL: SOB OS DIFERENTES MODELOS DE ESTADO E POLÍTICA PÚBLICA SOCIAL

A educação é uma política pública de corte social. Segundo Azevedo (2004), quando a educação é considerada enquanto política pública social é fundamental buscar as concepções do que se entende por Estado e sociedade. Pois, com base nas mesmas é que as políticas públicas sociais podem ser formuladas, implementadas ou desativadas. Logo, para termos uma leitura crítica do papel do Estado e de suas representações sociais, precisamos compreender as diferentes abordagens políticas. Porque a partir disso, entenderemos melhor as concepções e funções do Estado na visão de uma determinada política e também a ação do mesmo no campo educacional. Para tal feito, são abordados: a abordagem neoliberal e marxista, além da pluralista e social-democrata.

A abordagem marxista faz seus desdobramentos em torno das críticas ao capitalismo, visando mostrar como o mesmo sobreviveu durante as crises econômicas. Através disso, Marx possibilita mostrar quais são as raízes das desigualdades sociais e da própria exploração às sociedades de classe, sendo uma das suas maiores contribuições, como mostra Azevedo (2004).

Dessa forma, as formulações de Marx geraram a denúncia das maneiras como o Estado assumia seu papel em prol das classes dominadoras. Nesse contexto, a partir das relações entre Estado e suas ações estatais estabelecidas pelas ideias clássicas formuladas por Marx, Claus Offe faz sua análise do papel do Estado e suas implicações na área de Educação.

Ao trazer esse autor, Hofling (2001) ressalta que embora tenham limites às análises proposta por Offe é importante perceber como um autor moderno no interior da tradição marxista ver o Estado e sua atuação com base nessa perspectiva. Hofling (2001) ao realizar a análise a cerca de Offe mostra que para esse autor a função do Estado é de regulador das relações estabelecidas no meio social em prol da manutenção do status quo determinado pelas relações capitalistas em sua totalidade. Vale ressaltar que o mesmo afirma que não é especificamente a serviço dos interesses do capital, mas reconhece a dominação deste nas relações de classe que são formadas na sociedade capitalista e consequentemente interfere no papel regulador do Estado.

A ação reguladora do Estado visando preservar as relações no conjunto da sociedade capitalista e o atendimento das relações de interesses na determinação das ações do Estado pode acontecer através das políticas sociais. Assim, Hofling (2001) mostra que Offe ao abordar que o Estado capitalista atua como regulador a serviço da manutenção das relações capitalista do status quo encontrará na política social a forma de concretizar sua função.

Neste contexto, a política sócia referente a essa compreensão de papel do Estado receberá implicações diretas. No caso da política social educacional, além do Estado capitalista moderno formular políticas educacionais com o objetivo de qualificar os indivíduos como mão de obra para o mercado, também deverá implantar políticas e programas sociais que garantam a manutenção do controle das parcelas da sociedade que não fazem parte do processo produtivo, como nos evidencia Hofling (2001) ao abordar o papel das políticas educacionais analisadas de acordo com Offe.

Esse controle dos indivíduos às margens da sociedade capitalista por meio de projetos, programas, políticas e ações sociais são denominadas por Demo (1994) como forma de domesticação das classes subalternas. Isso evidencia que o Estado capitalista

moderno ao atuar como regulador em prol da manutenção do status quo, faz uso das políticas sociais, principalmente das educacionais. Já que as mesmas estão ligadas a formação do indivíduo e consequentemente da sociedade.

Um indivíduo que entende desde cedo seu papel na sociedade, seu lugar na classe social, poderá permitir que o Estado atue sem grandes dificuldades na função de regulador em prol de manter o status quo, garantindo uma certa harmonia social.

Por isso, Azevedo (1997) afirma que Marx reconhece que mesmo a educação servindo como instrumento de manutenção do status quo, evidencia que é por meio da mesma que as classes exploradas podem lutar contra os laços de dominação social.

Já a abordagem neoliberal atribui essa função de regulador não para o Estado, mas para o mercado, modificando o papel do Estado. Com base nas discussões realizadas por Azevedo (1997) e Almeida (2011), pode-se começar a apresentação da abordagem a partir do seu contexto histórico de formação para melhor entender o papel do Estado e sua relação com a política educacional, como mostra Hofling (2001) ao analisar Milton Friedman.

Como a própria denominação indica, essa abordagem faz uma releitura do Liberalismo Clássico, reinventado a partir das limitações do mesmo. Fazendo críticas ao Estado do Bem Estar Social, pois afirmava que o mesmo “destruía” a liberdade e a vitalidade da concorrência, o Neoliberalismo tem como norteador a ideia que o mercado deve regular as relações entre o capital e o trabalho, com participação mínima do Estado. O neoliberalismo incorpora a presença do Estado na perspectiva mínima. Por isso, a concepção de “Menos Estado, mais mercado” nessa abordagem é o foco, conforme Azevedo (1997) e Hofling (2001).

Assim, essa afirmação é a máxima que sintetiza o princípio da abordagem pautada na noção de liberdade individual. Ou seja, a individualidade e liberdade de escolha são norteadores do princípio da abordagem. Neste contexto, Hofling (2001) afirma que Friedman indica que cabe ao Estado assumir o papel de promotor de possibilidades/condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados. O mesmo autor ainda chama atenção para os riscos da intervenção estatal. Assim, a intervenção do Estado consiste em uma ameaça aos interesses e liberdades individuais. Por

isso, o neoliberalismo defende a “neutralidade” do Estado em prol da “mão invisível” do mercado, conforme critica Azevedo (1997).

Isso mostra a ideia que o Neoliberalismo defende o mercado como regulador, visando promover a concorrência privada e a livre iniciativa para gerar o restabelecimento do equilíbrio social. E, assim, se o Estado tiver que agir que seja para promover condições positivas que beneficiem o mercado e suas exigências. A meritocracia também aparece nesse cenário para ressaltar a individualidade e a competição. Mas, o mercado ao assumir esse papel de regulador, onde entra as políticas públicas?

Azevedo (1997) afirma que a educação enquanto política pública (de total responsabilidade do Estado) é sempre colocada em xeque nessa abordagem. Pois, ao defender a regulação pelo mercado, a precarização do público em detrimento da valorização do privado, entre outros aspectos, colocam as políticas públicas de caráter social em crise. Dessa maneira, os neoliberais consideram que o grande equalizador das relações entre as pessoas e as oportunidades na ocupação social é o livre mercado.

Logo, a educação como responsabilidade/política pública não são defendidas pelos neoliberais. Pois, a oferta de educação pública a todo cidadão, de maneira padronizada compromete a liberdade individual defendida pela abordagem como diz Hofling (2001). Assim, partindo da lógica do mercado, a educação é um serviço que deve incentivar a livre escolha e a competitividade, não podendo ser ofertada pelo Estado. Pois, segundo Friedman (1980) apud Hofling (2001), quando o Estado oferta a escolarização, isso reduz a capacidade dos consumidores de escolher e diminuir o poder dos produtores.

O que pode ser considerado é que as reflexões abordadas sobre a presença ou ausência do Estado em prol do mercado, o limite entre privado e público, nos permite fazer uma leitura crítica para compreender o sucesso e o insucesso da formulação, implantação ou/e desativação das políticas sociais nas diferentes abordagens, principalmente relacionadas ao campo educacional.

Na abordagem neoliberal parece que as “questões de fundo” geradas para um olhar mais crítico em relação ao papel do Estado e como esse define educação estão associadas não somente às concepções de Estado e sociedade, mas também ao mercado e

suas intencionalidades e funções. Já na abordagem marxista, as relações sociais na estrutura social, a domesticação das classes subalternas, a relação capital e sociedade, são questões incorporadas às concepções de Estado e sociedade que merecem ser analisadas para a leitura crítica dessa abordagem.

Além dessas abordagens, temos uma abordagem pluralista. Não tendo nenhum questionamento sobre a intervenção do Estado, essa abordagem legitima o poder do mesmo na busca por um bem comum. No entanto, ao reconhecer a existência de uma distribuição desigual de poder, afirma que a participação na política deve ser mediada pelos que são considerados capazes e os não capazes.

Os pluralistas, segundo Azevedo (1997), afirmam que aqueles que “souberam usufruir” das chances educacionais por meio do sistema meritocrático oferecido pelas ações estatais e ascenderam na escala social e econômica, são os considerados habilidosos e políticos racionais, sendo responsáveis por definir qual a forma mais adequada de condução das políticas governamentais. Nesse caso, os que não “aproveitaram” e estão despreparados para o “consumo político”, sendo considerados incapazes para a política, devem eleger aqueles que são racionalmente mais preparados para assumir essa participação.

Nesse cenário, a educação é responsável por socializar a política e fornecer base para a racionalidade política de participação aos que são considerados racionais políticos. Logo, a educação como política pública é um instrumento de reprodução da desigualdade de poder atrelada a vinculação do conhecimento em prol da racionalidade política. No entanto, o que deve ser analisado como “questões de fundo” são as definições dos pluralistas com o chamado “consumo dos cidadãos”. Pois, quais seriam os fatores que fazem alguns “consumir” mais política a outros? Por que será que alguns são considerados mais “capacitados” em relação aos demais? O que faz alguns usufruir mais da educação como racionalidade política diferentemente dos demais? Quais os aspectos que impedem a ascensão de um e não dos outros?

Por fim, a abordagem social-democrata admite que o modo de produção capitalista tenha falhado, mas mesmo assim não acredita que o capitalismo deva ser eliminado, por isso propõe um capitalismo mais humanizado. Os sociais-democratas não pretendem

destruir o capitalismo, mas tentar reparar suas deficiências, conforme Azevedo (1997). Por isso, afirma que o modelo capitalista é visto como positivo para o crescimento da economia, mas ineficiente para distribuir as riquezas produzidas.

Assim, essa abordagem busca reduzir ao máximo as desigualdades sociais e a pobreza através de um Estado que redistribui a renda em forma de assistência e programas sociais, pensando em um Bem-Estar Social para todos. No entanto, ao mesmo tempo que o Estado tem o papel de redistribuidor de rendas, também possui o papel de empresário. Pois, as ações de redistribuição estão atreladas ao capital recolhido, como na forma de altos impostos. Por que para redistribuir renda, é preciso produzi-las primeiro. Dessa forma, Demo (1994) afirma que as políticas sociais nessa abordagem são vistas como domesticação do social em relação ao capital, sendo assim, o econômico comanda o político, e a produtividade comanda a cidadania.

Vale ressaltar que a singularidade da social-democrata está reservada à atenção dada em relação às políticas sociais e seus significados, sendo para Azevedo (1997) a abordagem que considera (explícita ou implícita) as lutas políticas das classes sociais subalternas e o seu poder de conquista, fazendo com que as políticas possuam uma estreita relação com os direitos de cidadania. Pois, com as novas demandas sociais devido às crises do capitalismo, os sociais-democratas tiveram que repensar as formas de lidar com as desigualdades sociais.

As questões de fundo que temos que refletir são: Qual é o preço desse Bem Estar Social proposto por essa abordagem? Seria Bem Estar Social ou Mal Estar Social? Até que ponto a abordagem humaniza o capitalismo? Como o Estado consegue ser redistribuidor e empresário ao mesmo tempo?

Com base nessas implicações percebemos que uma leitura crítica requer um olhar sobre abordagens que possuem formas diferentes de ver o papel do Estado e conseqüentemente das políticas públicas sociais. Dependendo da abordagem adotada o "Estado em ação" assume uma atuação diferente. No entanto, novos atores surgem no campo das políticas sociais, o que causa uma ampliação da leitura crítica.

POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL E OS NOVOS ATORES DE INFLUÊNCIAS

A leitura crítica das políticas educacionais é importante para a compreensão das concepções que dizem respeito a Estado e sociedade, além da própria definição de como se ver política pública em educação. No entanto, para essa leitura ser realizada em tempos atuais é preciso conhecer mais sobre uma nova “questão de fundo”. Ou como Akkari (2011) denomina de novo ator nas políticas educacionais, que seria as organizações internacionais.

Sendo, na maioria das vezes, resultado da associação voluntária dos Estados, as organizações internacionais apresentam administrações de caráter permanente, visando coordenar ações e recursos a serviço do cumprimento de objetivos comuns, conforme afirma Akkari (2011).

Assim, as influências dessas organizações podem acontecer por meio de três aspectos: na concepção, na avaliação e no financiamento, como aborda Akkari (2011). No caso da concepção das políticas educacionais está relacionado à homogeneização dos modelos educacionais. O problema é que ao se ter como ponto de referência determinado modelo, cria-se o problema associado ao nível de comparabilidade dos sistemas educacionais, o que gera rótulos de sistema educacional considerando ineficiente. A questão é quais os critérios que ditam esse ou aquele como eficiente e de qualidade? Seriam econômicos? Os índices de avaliações externas de larga escala?

Falando em avaliações, outra forma de influência internacional é a avaliação dos sistemas educacionais. Ao avaliar são indicados: o que funciona e o que precisa melhorar. Como toda avaliação em larga escala deve-se ter cuidado com o levantamento dos critérios em função dessas questões que tentarão ser respondidas no processo avaliativo. Além disso, os objetivos desse processo de acompanhamento de avaliação educacional, geralmente, não é perseguir a formação de um cidadão, mas índices e resultados, legitimando a inferioridade dos inferiores, conforme Paro (2016). Por isso, deve-se ter muita atenção na relação critérios pré-estabelecidos, objetivos e resultados dessas avaliações.

Por fim, o financiamento é uma das formas de influência internacional. Esse aspecto diz respeito aos investimentos em prol da cooperação internacional. Essa cooperação é no sentido de financiar os interesses que podem ser de ordem econômica, política e histórica. Mas, o que Akkari (2011) ressalta que nem sempre os que mais precisam, são os países que mais receberam investimentos. Por isso, é fundamental compreender que o financiar está ligado aos interesses. Isso gera impactos no sentido de que nem sempre os que realmente precisam, receberão ajuda financeira.

Nesses tipos de influências que proporcionam impactos em determinadas áreas, podemos abordar o campo educacional atrelado às organizações internacionais. A partir da cooperação internacional realizada na educação pode ser citada a atuação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Criada pós-segunda Guerra Mundial, a UNESCO contribuiu para a formulação de políticas educacionais. Mesmo sendo pioneira na escolarização e alfabetização, perde força com a saída dos Estados Unidos da América e Reino Unido de sua organização estrutural, conforme Akkari (2011).

Assim, essa cooperação internacional começa a ter uma nova conotação ligada ao aspecto mais econômico. Pois, a UNESCO ao perder forças, o Banco Mundial e o Fundo Mundial Internacional (FMI) acabam ganhando mais espaço de influência. Dessa maneira, os impactos educacionais presentes nessa influência de caráter financiador começam aparecer. No caso da UNESCO, suas ações educacionais ligadas à cooperação internacional são pautadas em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver.

Já com o aumento do poder de financiamento nas mãos do Banco Mundial, os norteadores são outros. Basicamente, a preocupação passa a ser a inserção dos indivíduos na economia de mercado local ou global. Ou seja, se detém em um único pilar, o aprender a fazer, como afirma Akkari (2011). Logo as ações mais fortes se voltam para uma indústria de cooperação internacional, que remete aos traços neocoloniais.

Trazendo essas implicações para o campo educacional brasileiro podem ser citados ainda os métodos de serviço educacionais, no que diz respeito à prestação transfronteiriça, o consumo de

serviços no exterior, à presença comercial e a circulação de pessoas. Além disso, a influência tanto no financiamento, quanto na avaliação tem sido bastante presente no Brasil, fruto dessa indústria de cooperação internacional que afeta na formulação, implantação e privatização de políticas educacionais. Isso tem gerado grande descentralização e privatização, enquanto proposta educacional das organizações internacionais. O que faz refletir sobre a emergente necessidade da cooperação internacional ir para além do financiar pensando somente no aspecto econômico, ou ainda nas concepções e das avaliações que visam somente à eficácia e produtividade do setor econômico. Pois, não há problema em atender esse setor, mas a sociedade não é somente isso, ela envolve muitos outros aspectos, assim como a educação também não é só reduzida a isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se você não tem dúvidas é porque está mal informado.
Millôr Fernandes*

A ação ou o ato de ler não é uma tarefa fácil, pois implica em um processo de apreensão/compreensão e assimilação de algum tipo de informação disponibilizada num suporte comunicativo através de códigos, como a linguagem. Além disso, esse processo pode revelar um ato pessoal, pois conforme a etimologia a palavra leitura vem do latim “lecture” que significa “eleição, escolha”. Ou seja, cada um pode ler e interpretar o que foi lido de **acordo com seus conhecimentos prévios, raciocínio crítico e suas competências pessoais interpretativas.**

No entanto, quando tratamos de leitura crítica nos referimos não somente aos processos de visualização do texto, fonação (à articulação oral, consciente ou inconsciente, através da qual a informação passa da vista à fala) ou de audição, mas de um processo que envolve a compreensão, avaliação e análise crítica da informação visualizada, lida e ouvida. Logo, compreender, avaliar e analisar as políticas de cunho social implementadas por um determinado governo abrange vários fatores de diferentes áreas de determinação e natureza.

As políticas sociais formuladas e implementadas por um governo envolvem a produção de programas, projetos e ações. Mas, essa produção é uma das partes de um trajeto que envolveu:

tomadas de decisões, escolhas, avaliações e concepções de uma estratégia de intervenção de governo, conforme afirma Hofling (2001). Ou seja, a leitura crítica não pode ver somente a produção de um determinado projeto político de uma política social como um fim em si mesmo, mas como um meio de perceber que diferentes visões de sociedade, Estado, política pública geram ações governamentais diferentes.

Mesmo sendo a educação considerada uma das políticas públicas sociais que deva ser vista como uma função do Estado independente de quem está no governo, deve ser analisada segundo Azevedo (1997) a partir da perspectiva que as políticas públicas de caráter social são formuladas, desativadas ou implementadas com base nas concepções do que se entende por sociedade, Estado e governo.

Assim a realização de uma leitura crítica de uma determinada política educacional deve ser pautada na perspectiva que concepções diferentes de sociedade, Estado e governo geram ações educacionais diferentes, pois implicam diretamente na formulação das políticas a serem implementadas tanto no âmbito micro, quanto no macro da gestão. Isso implica dizer que para compreender uma determinada política educacional na forma de programa, projeto ou ação educativa, lendo criticamente a mesma, é importante, primeiro ter como partida a localização dessa política quanto a sua definição e conceituação do que se entende por política pública social educacional.

Após situar a política em questão, deve ser ter clareza que ao defini-la quanto política pública educacional será explanado um posicionamento que remete às “questões de fundo”, como concepções de Estado, sociedade e educação. Dessa forma, dando continuidade a leitura e compreensão, a trajetória percorrida pela tal política, desde seu nascedouro até sua implantação foi pautada em algum modelo de Estado e sociedade. Por isso, ao abordar a dimensão histórica, a análise crítica deve estar atenta a esse aspecto para compreender com maior profundidade.

Além disso, a sociedade tornando-se cada vez mais globalizada novos atores de influências surgem, como as organizações internacionais, fazendo com que a leitura crítica se torne mais ampla. Dessa maneira, mais um aspecto surge.

Entendemos que outros aspectos podem surgir no caminho que busca a compreensão e a leitura crítica, mas como não era nosso objetivo propor modelos estanques de análises, o que queremos trazer é mostrar mais do que uma abordagem de cobrança dos programas, projetos e ações educativas implementadas por um determinado governo, mas sim, a importância de uma análise disposta sempre a se questionar por meio de aspectos que influenciam explicitamente e implicitamente essas políticas públicas sociais educacionais formuladas, desativadas e implantadas.

Logo, além dos aspectos apresentados, a leitura crítica e a compreensão de qualquer que seja a política pública educacional escolhida como referência de análise deve estar constantemente pautada nos questionamentos e reflexões do que foi apresentado abertamente pela proposta, mas também daquilo que é de “fundo”, por isso para ficarmos bem informados criticamente durante a análise, o norte não deve ser uma afirmativa, mas sim uma dúvida: Compreensão e leitura crítica, o que levar em consideração?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Costa. **Políticas sociais: focalizadas ou universalistas.** É esta a questão? Revista Espaço Acadêmico, n. 123, ago. 2011.

AKKARI, Abdeljalil. Influência das Organizações Internacionais nas Políticas Educacionais. In: **Internacionalização das Políticas Educacionais: transformações e desafios.** Petrópolis: Vozes, 2011.

AZEVEDO, Janete M. L. de. **A Educação como Política Pública.** Campinas: Autores Associados, 1997.

CARA, Daniel. Tudo que parecia ser sólido se desmanchou no ar. O desmonte das políticas de educação. In: CRUZ, Rosana Evangelista da; SILVA, Samara de Oliveira (Orgs). **Gestão da Política Nacional de Educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação.** Teresina, EDUFPI, 2016. p.25-37.

DEMO, Pedro. **A questão do Estado.** In: Política Social, Educação e Cidadania. 10. Ed. São Paulo: Papirus, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas, ano XXI, n.55, nov. 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da política nacional da educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação. In: CRUZ, Rosana Evangelista da; SILVA, Samara de Oliveira (Orgs). **Gestão da Política Nacional de Educação**: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação. Teresina, EDUFPI, 2016. p.39-56.

PRETI, Oreste; LINO, Élide Maria Loureiro; PAZ, Adalberto Domingos da. Políticas Públicas na Área Social. **Caderno de Estudos do Curso Competências Básicas**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 4. Ed. Brasília: FNDE, 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, v. 9, n. 2, p. 315-332, jul./dez. 2014.